

Sérgio Porto (UnB)

A justa memória do discurso de posse do presidente Lula

“(...) Senhoras e senhores presentes a este ato de posse. “Mudança”: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos (...)” ()*

(*)Início do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em 1º de janeiro de 2003, após a assinatura do termo de posse e do juramento no Congresso Nacional. Texto na íntegra, que será citado várias vezes no curso deste trabalho, obtido em <http://noticias.terra.com.br/transicao/interna>.

PROPOSTA: JUSTA MEDIDA OU PONTO DE EQUILÍBRIO DA SIGNIFICAÇÃO

Os discursos falam através de suas lembranças, pela boca de sua memória histórica e existencial. Os discursos falam também através de seus esquecimentos, por aquilo que não foi mencionado, sequer sugerido, mas o esquecido e o não-dito têm força fenomenológica e pragmática. Deixando de lado refrões, estribilhos, ênfases e figuras de retórica – excessos de memória –, deixando de lado uma série de lacunas propositais e de puro e simples esquecimento – excessos de esquecimentos –, busca-se uma justa medida, um termo médio que possa servir de equilíbrio à significação de um discurso que se lembra de coisas e que se esquece de outras. O discurso de posse do presidente Lula – de tom messiânico – não seria diferente, na medida em que a exigência das mudanças parece ter ido além das expectativas de seus 52 milhões de eleitores. A promessa do paraíso a partir de uma série de exigências e sacrifícios. Não precisava de tanto, não era bem isso que todos esperavam.

MUDANÇA COMO PALAVRA-CHAVE – A ESPERANÇA QUE FINALMENTE VENCEU O MEDO

Ao identificar, logo no seu início, a palavra “mudança” e designá-la expressamente no texto como “palavra-chave”, o autor, recorrendo às técnicas próprias da “análise de conteúdo”, procura revelar a força radiográfica desta idéia – a idéia de mudança –, logo explicitada no primeiro parágrafo do mesmo discurso:

“(...) A sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos”.

Desafiando os termos propostos de uma leitura crítica por Eni Orlandi, o presidente Lula fundamenta as razões de seu discurso na afirmação de que a “mudança” foi um desejo expresso dos 52 milhões de brasileiros que nele votaram.

“Gostaria aqui apenas de chamar a atenção para o fato de que a relação entre eles (autor e leitor, sujeitos e sentidos) nega a possibilidade de pensar-se: a – um autor onipotente, cujas intenções controlassem todo percurso da significação do texto; b – a transparência do texto, que diria por si toda (e apenas uma) significação, e, ainda – c – um leitor onisciente, cuja capacidade de compreensão dominasse as múltiplas determinações de sentidos que jogam em um processo de leitura.” (ORLANDI, 1988, pp.10-11)

O orador quer identificar propostas claras de significado de seu discurso. A função radiográfica da análise de conteúdo visa a significações expressas e ditas claramente no discurso. A radiografia vasa verticalmente o texto, o conteúdo é manifesto, daí a expressão “análise de conteúdo”, pois, em princípio, não haveria o que duvidar do que é dito às claras para aqueles que acreditam no que é dito nas superfícies textuais. O presidente diz em seguida:

“(...) Diante do impasse econômico, social e moral no País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.” (final do 2º parágrafo do discurso de posse)

“Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José de Alencar.” (início do 3º parágrafo)

Aqui vale mais a pena analisar este insólito “bravo companheiro”, um escorregão do discurso, uma fratura explícita e exposta, onde a análise de conteúdo perde a sua força explicativa. Há uma lacuna evidente, um não-dito visível, um excesso de memória provocado por um excesso de esquecimento, na medida em que todos nós sabemos, eleitores ou não de Lula, que José de Alencar Gomes da Silva, eleito vice-presidente da República, representando o PL (Partido Liberal) de Minas Gerais, não é bravo e tampouco companheiro, pois tem pouquíssima afinidade com o PT de Lula. Alencar não é bravo, é força de coligação, dentro de um Estado eleitoralmente forte, que é Minas Gerais. Seria, *mutatis mutandis*, o que Itamar Franco representou para Fernando Collor. O presidente Lula gostaria aí de tapar o sol com a peneira, provocar pragmaticamente novos esquecimentos, ligados à origem política e empresarial de Alencar.

Como diz Paul Ricoeur (RICOEUR, 2000), os gregos distinguiam as palavras *mneme* e *anamnesis*. A primeira é de caráter cognitivo e a segunda, de caráter pragmático. A primeira acontece, a gente se lembra de algo, como se fosse mesmo uma patologia; a segunda é intencional, é uma prática em busca de determinados fins: eu me lembro para produzir tais efeitos na minha ação. Ora, esse segundo caso dá margem a

uma série de abusos na lembrança, e há visivelmente uma falta em relação à verdade. “Eu me lembro” é bem diferente de “eu quero me lembrar”. Vejamos o extrato de Ricoeur, com tradução feita pelo autor dessas linhas:

“ Este desdobramento do enfoque cognitivo e do enfoque pragmático tem uma incidência maior sobre a pretensão da memória à fidelidade em relação ao passado: esta pretensão define o estatuto verdadeiro da memória, que será necessário mais tarde confrontá-lo com aquele da história. Esperando a interferência da pragmática da memória, em virtude da qual lembrar-se é fazer alguma coisa, exerce um efeito de ruído sobre toda a problemática da verdade: possibilidades de abuso se infiltram inelutavelmente sobre os recursos de uso da memória apreendida sob o seu eixo pragmático.” (RICOEUR, 2000, p.4)

O presidente Lula diz em seguida, nessa perspectiva pragmática, em que usa e abusa da verdade, na medida em que o seu Alencar não é bravo:

“E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós (lutadores teria significação similar ao bravo companheiro Alencar), para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais (realmente, Lula quer lembrar), para reiterar (lembrar seguidas vezes, em excesso) a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática (está aí a lembrança pragmática), para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou (a gente, todos nós, ele Lula, o PT, quem mais ?).” (final do 3º parágrafo do discurso de Lula – os comentários entre parênteses são do autor deste trabalho)

Essa força argumentativa pragmática do discurso de Lula aparece logo em seguida, em seu discurso, quando ele diz:

“Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado (...). Mudança por meio do diálogo e da negociação (...).” (início do 4º parágrafo)

Os analistas de conteúdo poderiam contar cinco vezes a citação da palavra mudar e/ou mudança, num pequeno espaço de cinco linhas.

UM DISCURSO MÍTICO/RELIGIOSO. TRANSFORMAR O PAÍS COM PACIÊNCIA E PERSEVERANÇA

“O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à

deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar com a cabeça erguida, teremos que exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.” (5º parágrafo) “É por isso que hoje conclamo (o verbo é forte e sintomático): vamos acabar com a fome em nosso país.” (12º parágrafo – o comentário entre parêntese é do autor deste trabalho)

Lembrando-nos da proposta das seis leituras interpretativas de Sérgio Dayrell Porto (PORTO, 1999, pp.74-79): “Enfim, as seis leituras: 1ª. leitura: polissêmica/literária; 2ª. leitura: parafrástica/científica; 3ª. leitura: arqueológica; 4ª. leitura: enunciativa; 5ª. leitura: argumentativa e 6ª. leitura: de acontecimento”, o texto de Lula traz dimensões arqueológicas, apelando para a grandeza e a magnitude do país – “O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade (...)”. Traz também dimensões argumentativas, utilizando-se de argumentos míticos, próprios da saga, da aventura, da grande conquista, na qual os caminhos se colocam dentro de uma dicotomia entre o bem e o mal. Os caminhos do mal são deixar o Brasil à deriva, sem planejamento, ao sabor dos ventos. O caminho do bem é viver de cabeça erguida, dando ao país em que se implanta um verdadeiro projeto de desenvolvimento, praticando religiosamente as virtudes da paciência e da perseverança, como se fosse a nova versão do positivismo de antes: ordem e progresso.

O discurso de Lula, de tons e matizes religiosos, propõe a prática da virtude e do bem, do controle sobre as vontades, seguindo o caminho da perseverança. Ora, tudo isso, em suas dimensões arqueológica e argumentativa, é proposto por Lula por meio do apelo à transformação do país, o apelo à mudança – já . Lula quer conduzir o povo brasileiro, os que o elegeram e também aqueles que não o elegeram, pois é presidente de todos, dentro de um acontecimento da mudança e da transformação, na medida do engajamento das vontades de cada um. Esse novo acontecimento de mudar e transformar o país com a participação de todos, essa forma religiosa e mítica de mudar uma nação, dão a idéia de que Lula quer mudar, o PT quer mudar para se firmar politicamente no governo, e que o povo entra nessa como os fiéis de uma igreja, como as ovelhas de um pastor, e alguns, quase como Pilatos no Credo.

O discurso de Lula passa a idéia de que há um vazio, uma lacuna, uma descrença de que somos perseverantes e pacientes. Passa a idéia de que somos indolentes e que a menor mudança tem que ser conduzida pelo braço forte do governo. Passa a idéia de que somos um gigante adormecido! O discurso de Lula traz essa marca de um novo acontecimento, de um não-dito, de que haverá uma exigência constante do governo em

cima do povo brasileiro, na medida em que devemos mudar nem que seja à força, na medida em que somos considerados inertes e acostumados como barcas à deriva, e que afinal, somos um povo cordial. Lula adquire um tom autoritário a exigir mudanças, o PT encontra aí o seu lado ainda pouco esquecido, o das mudanças impostas pelas esquerdas, as transformações exigidas pela militância partidária.

Ele propõe em seguida, com áurea do Sermão da Montanha, uma longa caminhada, que pragmaticamente começa pelos primeiros passos:

“Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo (...). Mas começaremos a mudar já, pois, como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.” (6º parágrafo)

ESTE É UM PAÍS EXTRAORDINÁRIO! UM PAÍS EM QUE PODERIA CORRER O LEITO E O MEL

“Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista... Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o medo.” (7º parágrafo)

Uma constante do discurso autoritário, seja ele religioso ou de qualquer tipo, é a autoridade assumir o pensamento e as próprias palavras de seu povo obediente e fiel, que acredita cegamente – pela fé, pela esperança, pelas virtudes, enfim pela abertura de um crédito infinito e ilimitado às palavras que vêm de cima. A autoridade encontra nesses fiéis uma disponibilidade de colaboração e engajamento totais bastando enviar-lhes seus emissários, que recebem a pronta acolhida dos fiéis, para falar em seus nomes e suas próprias vontades. Eni Orlandi faz um comentário interessante em seu livro sobre o silêncio:

“O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas nas relações de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncios.” (ORLANDI, 1992, p.105)

Nota-se que até os ministros de Lula estão sendo cerceados em suas possibilidades de fala. Quem fala é o chefe, o presidente Lula, ou o povo (por quais canais?). Veja o que diz o presidente, por meio da mídia, em 18/01/03:

“LULA DIZ QUE GOVERNO DEVE FALAR MENOS E OUVIR MAIS – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse aos líderes aliados em reunião na Ganja do Torto que o seu governo vem discutindo de forma errada a reforma da Previdência. Segundo ele, é preciso primeiro elaborar o projeto, em vez de discutir pontos de reforma. “Precisamos primeiro fechar um projeto internamente, e não discutir pontualmente a reforma (da Previdência). Precisamos ouvir mais a sociedade e falar menos”, disse, segundo os líderes. Para eles, a afirmação foi uma crítica ao ministro Ricardo Berzoini, que recuou de suas propostas. (Folha de S. Paulo, 18/01/03, p. A4)

O que se nota é que as decisões *já estão tomadas* e que, como se faz tradicionalmente na política, ouvem-se as lideranças, ouve-se o povo através de seus representantes. Mas a fala já está previamente articulada, pois um silêncio foi previamente imposto pelo governo, que, quando elaborou suas próprias diretrizes, supunha o silêncio das vozes que ali não estavam presentes. Na mesma matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, elaborada pelos repórteres Kennedy Alencar e Wilson Silveira, da sucursal de Brasília, Lula continua dizendo:

“Segundo participantes da reunião, Lula disse que a reforma da Previdência tem de ser feita sem gerar tensões sociais. Ele afirmou que um grupo de pessoas o orienta sobre as palavras que deve usar para não gerar tensões ou duplo sentido e que os ministros deveriam ter esse mesmo cuidado.” (Folha de S. Paulo, idem)

Ora, uma *fala que não gere* duplo sentido, ou que não gere tensões, é uma fala que não está acostumada a conviver com os silêncios que completam necessariamente o acontecimento, ou a pragmaticidade de outros discursos. Essa pretensão de um Presidente da República será inócua, na medida em que continue com essa idéia errônea de silêncio, o silêncio que silencia, não o silêncio que permite a voz do outro. Tudo isso leva a crer que o governo Lula veio para aquilo que sempre quis e que, no entanto, por força das circunstâncias, passa a ter pruridos e preocupações sobre possíveis outras interpretações do que diz. Quem está na chuva é para se molhar, e excesso de guarda-chuva não consegue ser mais eficiente do que uma simples capa de chuva.

O MEU POVO PASSA FOME. FOME ZERO PODE SER O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DOS PÃES.

“O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos...” (8º parágrafo)

“Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome.” (9º parágrafo)

“Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão de minha vida.” (11º parágrafo)

Na confirmação de que Lula foi eleito com um número muito grande de eleitores que nada têm a ver com o seu partido de origem – o PT (Partidos dos Trabalhadores) –, podemos até afirmar que há uma força excedente de 22 milhões de eleitores, sobreposta aos 30 milhões de eleitores tradicionais de Lula, com base na fatia que o PT habitualmente dispõe no mercado político nacional (basta lembrar o número de votos que ele teve nas três vezes anteriores em que se candidatou à Presidência da República, uma vez derrotado por Fernando Collor e duas vezes derrotado por Fernando Henrique Cardoso). Podemos imaginar os sentimentos de responsabilidade de um presidente eleito com 52 milhões de votos: o que fazer com essa gente toda, como mobilizá-la, como colocá-la a seu lado, como não decepcioná-la?

Um programa de governo que simplesmente reproduzisse as intenções tradicionais do PT ao alcançar o Palácio do Planalto e, até mesmo, um programa de governo que, além dos desejos petistas, também contemplasse as intenções de suas coligações com o PL e com os diversos partidos de esquerda que o apoiaram: tudo isso seria muito pouco para contemplar as vontades, os desejos, as aspirações e os sonhos de 1/3 da população brasileira que votou em Lula.

Numa leitura de acontecimento (PORTO, 1999, *opus cit*; PÊCHEUX, 1990, pp.18-19; e SOUZA, 2000, pp. 96), acreditamos que Lula assume o discurso de tipo religioso, o discurso em que tenta envolver, comover e conduzir as suas ovelhas fiéis, de sempre, e principalmente aquelas recém-conquistadas, como se estivesse vivenciando a parábola do Filho Pródigo, na tentativa de ter uma proposta concreta e pragmática para esses 52 milhões de brasileiros, quiçá mesmo para todos os 152 milhões de brasileiros e brasileiras. Uma proposta que seja capaz de mobilizá-los e comovê-los.

A propósito dessas interpretações que fazemos, podemos citar Pêcheux: “Prefiro me esforçar em avançar entrecruzando os três caminhos que acabo de evocar (o do

acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso...” Não se trata assim de forçar a barra querendo distorcer trechos do discurso do presidente. Apenas desejamos criar a tensão entre o que ele diz e descreve e o que merece interpretações. Aprendemos com Pêcheux a refletir nos entremeios, nos encontros do texto com a história e seus contextos. Pedro de Souza diz: “ Numa leitura discursiva, o acontecimento discursivo é o ponto de encontro entre uma memória e uma atualização discursiva, um encontro sempre tenso e denso”.

Lula não teria um discurso natural, petista, para comover 52 milhões ou 152 milhões de brasileiros. Apelou assim para o discurso tipo Sermão da Montanha, não só para viver os primeiros seis meses de seu governo, dando alguma satisfação prática ao povo, como também para ter a oportunidade de preparar e negociar as reformas prometidas.

A revista *Época* de 6 de janeiro de 2003 traz uma entrevista especial com o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, com o título “Emoção à Parte” e com chamada “O historiador diz que a posse de Lula foi um ‘orgasmo político’ , mas pede propostas mais claras”. Eis parte do que diz:

“ *Época* – O que o senhor achou mais importante no discurso de posse?

José Murilo de Carvalho – A parte mais forte e marcante foi a referente à política externa. Pelo resto, concentrou-se em dois temas, o de combate à fome e o da bondade e grandeza do povo brasileiro, devidas inclusive à miscigenação racial. O primeiro soou como um eco das campanhas humanitárias de Betinho. O segundo lembrou páginas do conde Afonso Celso. O ouvinte podia perguntar-se como um povo tão bom pode produzir um país tão injusto...

Época – O senhor acredita que Lula poderá reduzir as desigualdades sociais do país?

Carvalho – Por enquanto, de concreto, vimos declarações de intenção e de propósitos, sobretudo para o combate à fome. Esse é um objetivo mais simples, pois dele ninguém discorda. E pode ser implementado com a alocação de recursos, inclusive externos, sem necessidade de grandes reformas. Será a satisfação imediata que o presidente dará aos eleitos, enquanto medidas mais profundas estiverem sendo preparadas e negociadas.” (*Época*, 6/1/2003, pp.13-18)

UM PACTO SOCIAL ANTECEDIDO POR UM CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

E assim, enquanto espera o mais substancial de seu governo, Lula propõe a formalização de um Pacto Social, antecedido pela criação do Conselho nacional de desenvolvimento econômico e social:

“Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental na Nação...” (parte do 18º parágrafo)

“Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças de diferentes segmentos da sociedade civil.” (princípio do 19º parágrafo)

UMA CRUZADA CONTRA A FOME

Dispensa comentários a palavra “cruzada” dentro do vocabulário do discurso religioso:

“Além do apoio à imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento, contra a fome, o desemprego, a desigualdade social.” (parte do 20º parágrafo)

O verbo acreditar, dito e redito, vem a calhar:

“E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras” (final do 22º parágrafo)

NÓS SOMOS O NOVO

Uma das aproximações do discurso de Lula com a proposta evangélica é chamar o seu próprio governo de coisa nova, ou o Brasil de uma nova civilização, ou afirmar que as idéias do povo brasileiro são pura novidade, como se estivéssemos nos comparando a Jesus, que enviava seus apóstolos ao mundo inteiro para que pregassem ou levassem a mensagem das boas e novas coisas, enfrentando com coragem os poderes constituídos. Mas um distanciamento diante do evangelho parece-nos essencial, pois em Jesus Cristo havia uma transparência entre a singeleza e pureza de suas idéias e o tipo de ação que desenvolvia. Já no discurso de Lula, podemos questionar: que novidade realmente

somos? A pregação de Lula não é nova, nem a de seu partido político, e o tema da fome é um grande esquecimento, desde os tempos coloniais, segundo referências do próprio discurso de Lula, no 10º parágrafo: *“Essa é uma história antiga...”*.

O discurso trabalha mal essa questão da novidade. Trata-se de uma fratura no texto, de fácil verificação. Um torneiro mecânico pode chegar ao poder, mas a sua novidade será totalmente consumida caso se transforme em um verdadeiro chefe da nação. Não chega assim a ser uma novidade que se consuma, que garanta por si a sua viabilidade. A imprensa, que também trabalha a questão da novidade como sendo também a notícia (“news”, para o anglo-saxão), trata o “novo” governo com determinado desprezo, haja vista a revista *Veja* de 15 de janeiro de 2003, cuja matéria de capa é intitulada “Trapalhadas na Decolagem – o show de factóides no começo do governo Lula”. A matéria propriamente dita, da página 28 a 35, reentitulada de “O que é isso, companheiros?”, feita pelo jornalista Maurício Lima, diz em determinado ponto:

“Até o projeto Fome Zero, apresentado pelo presidente como a grande prioridade de sua gestão, até agora não passou de um factóide (segundo a própria revista *Veja*, “palavra que se popularizou para designar aquelas ações pirológicas que fazem muito barulho, rendem a manchete do dia, mas não passam de vento) (...). Os técnicos descobriram que ainda não sabem o tamanho exato da fome no país, não sabem qual o tamanho da ajuda que o governo deve dar aos pobres e não sabem, sequer, a forma de fazê-lo. Na semana passada, o projeto Fome Zero chegou a ser criticado pelo bispo Mauro Moreli e por Zilda Arns, dois respeitados líderes brasileiros no terreno do apoio social às pessoas de baixa renda”. (*Veja*, 15/01/2003, matéria de capa).

“Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo.: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor...” (37º parágrafo).

AGRADECIMENTOS FINAIS

“Agradeço a Deus por chegar aonde cheguei...”. (último parágrafo)

O presidente Lula termina sua oração como se presidisse uma solenidade em um ritual religioso, agradecendo a Deus pelas inúmeras dádivas recebidas, em prol do

sucesso de sua carreira política, em que se tornou uma espécie de grande sacerdote, melhor ainda, reencarnando a figura de Moisés, que conduziu o povo eleito pelo mar Vermelho, em fuga do Egito. A sua última frase “Viva o Povo Brasileiro” é como se lembrasse de seu povo, aqui ou acolá, tanto faz, no Oriente Médio ou na América do Sul. Infelizmente o discurso do presidente Lula esbarra no fundamentalismo, em que ser o Senhor da terra e dos céus seriam tarefas bem próximas. Esquecimento ou lembrança, o discurso de posse de Lula tem a ver com o sagrado e o profano, entrelaçados, um prestando serviços e desserviços ao outro. Leitura de acontecimento, quando as estruturas lingüísticas esbarram em contextos históricos diversificados, sempre em favor de um momento, o outro não passando de figura de linguagem:

“O momento do acontecimento é aquele do encontro da estrutura da linguagem com a história, em que se nota o esquecimento ou a imposição ideológica, momento de fratura discursiva, aquele em que aparece com cores nítidas a ilusão dos sujeitos envolvidos. Deve-se procurar saber se a narrativa flui normalmente, ou se existem contradições argumentativas” (PORTO, 1999, p.78).

Fazendo uma revisão no texto discursivo que ora analisamos, notamos que o presidente Lula não fez qualquer saudação a nenhuma autoridade religiosa ao começar a discursar. Saudou unicamente autoridades leigas e profanas. No entanto, termina lembrando-se de Deus. Trata-se de uma gafe diplomática, uma forma de evitar o agravamento da atual disputa das igrejas (católicos *versus* evangélicos) ou simplesmente um esquecimento?

BIBLIOGRAFIA

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo e Campinas: Cortez Editora e Editora da Unicamp, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As Formas do Silêncio*. Campinas:, Editora da Unicamp, 1992.

PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *Sexo, Afeto e Era Tecnológica*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. Tradução de Eni Oulcinelli Orlandi.

RICOEUR, Paul. *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Seuil, 2000.

SOUZA, Pedro de. *O esquecimento como condição da memória: a identidade em ato de desabamento no ato de dizer*. In INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo (org.). *Discurso, Memória de Identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

O DISCURSO DE LULA - (em itálico e em negrito)

<http://noticias.terra.com.br/transição/interna>. Brasil, segunda-feira, 6/1/2003. 7 páginas impressas, 46 parágrafos.

TEXTOS EXTRAÍDOS DA MÍDIA IMPRESSA

Folha de S. Paulo. “Lula diz que Governo deve falar menos e ouvir mais”. São Paulo, Caderno Brasil, 18/01/03, página A4.

Época. “Emoção à Parte – O historiador diz que a posse de Lula foi um ‘orgasmo político’, mas pede propostas mais claras”. Entrevista de Cláudio Henrique (Rio) com o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho. São Paulo, 6/1/2003. N. 242.

Veja. “Trapalhadas na Decolagem – O show de factóides no começo do governo Lula”. Capa do nº1785, de 15/01/2003. Às páginas 28 a 35, matéria de Maurício Lima, intitulada “O que é isso, companheiros?”.